

Histórias em Quadrinhos como Estratégia de Comunicação Pública com o Público Infantil: Uma Análise do Gibi do Legislativo de Santa Maria/RS¹

Nathalia Pitol²

Jaqueline Quincozes da Silva Kegler³

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

RESUMO

O presente resumo expandido apresenta um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Comunicação Social - Relações Públicas da UFSM, publicado em 2023, que reflete sobre o uso de histórias em quadrinhos como estratégia de comunicação pública voltada ao público infantil, a partir da análise do projeto “Gibi do Legislativo”, da Câmara de Vereadores de Santa Maria/RS. Utiliza-se pesquisa bibliográfica, com base em Weber (2017) e Duarte (2009), e pesquisa exploratória documental em relação a demais órgãos públicos. Os resultados apontam limitações na linguagem e estrutura visual do material analisado, sugerindo reformulações para que o produto cumpra com mais eficácia seu papel informativo e institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação pública; Histórias em quadrinhos; Gibi do Legislativo; Poder Legislativo; Público infantil.

INTRODUÇÃO

Diferentes abordagens teóricas são levantadas para conceitualizar a comunicação pública, noção em processo constante de investigações no Brasil. Contudo, um ponto central abarca grande maioria das definições: o cidadão. Tendo em vista que o Brasil é regido pelo sistema democrático, a participação do povo é fundamental para sua sustentação. Com esse viés, a comunicação pública atua como um dos instrumentos essenciais na relação entre as instituições públicas e a comunidade, visando o fortalecimento da cidadania, atuando com base no interesse público e na participação do mesmo.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e política, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 3 a 5 de julho de 2025.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, e-mail: nathalia.pitol@acad.ufsm.br

³ Orientadora do trabalho. Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM; Docente Colaboradora no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM, e-mail: jaqueline.kegler@ufsm.br

Junto a isso, conforme o pressuposto de que uma grande parcela da população desconhece as funções dos Três Poderes, e consequentemente a do Poder Legislativo, se faz necessário o uso da comunicação pública como um meio de informar e difundir o referido conhecimento aos públicos. Uma das formas de promover a difusão do assunto é abordando a temática na esfera educacional, com os cidadãos em processo de construção política cidadã - as crianças. Desse modo, percebe-se a importância de identificar estratégias mais adequadas para a introdução da comunicação pública e seus segmentos abrangentes na vida cidadã, principalmente, no que se refere à esfera educacional.

Neste sentido, o presente trabalho propõe refletir sobre o uso das histórias em quadrinhos como instrumento de comunicação pública com o público infantil, por meio da análise do projeto “Gibi do Legislativo”, desenvolvido pela Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria/RS. A proposta parte do pressuposto de que a linguagem lúdica dos gibis favorece a mediação entre o Legislativo e as crianças, oferecendo suporte informativo, educativo e participativo.

A pesquisa adota como principal referência teórica os estudos de Weber (2017), que entende a comunicação pública como uma instância do debate público, e Duarte (2009), que destaca seu papel na garantia do acesso à informação e no estímulo à cidadania ativa. Para a análise, o foco se estende nas edições do “Gibi do Legislativo” publicadas pelo órgão santamariense, observando aspectos como narrativa, estética visual e adequação comunicacional ao público de interesse.

METODOLOGIA

Como processos metodológicos, foram utilizadas duas abordagens principais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa exploratória documental. A pesquisa bibliográfica foi adotada com fins dissertativos, permitindo o aprofundamento teórico sobre os conceitos de comunicação pública e sua aplicação no contexto legislativo, conforme autores como Weber (2017), Duarte (2009), Kegler (2008) e Kunsch (2003, 2012). Já a pesquisa exploratória documental foi realizada com base no levantamento e análise de histórias em quadrinhos voltadas ao público infantil, com foco inicial em diferentes instâncias do poder público reconhecidas no contexto nacional. Em sequência, o estudo foi aprofundado a órgãos legislativos municipais, com aprofundamento na análise das revistas em quadrinhos publicadas pela Câmara de Vereadores de Santa Maria/RS. O

objetivo foi compreender como esses materiais dialogam com o público infantil em termos de linguagem, estética e objetivos comunicacionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em processo constante de investigação no Brasil, o conceito de comunicação pública é discutido por diversos estudiosos da área e abarca diferentes perspectivas e significados. Nesta pesquisa, a comunicação pública é compreendida como uma prática orientada ao interesse público, centrada no cidadão e fundamentada nos princípios democráticos. Parte-se da visão de Maria Helena Weber (2017), que entende a comunicação pública como instância do debate público, e este, por sua vez, como mobilizador de diferentes esferas na democracia contemporânea. A autora propõe a metáfora das *redes* de comunicação pública, formada por *nós* e conexões que representam os diferentes públicos organizados em torno de temas de interesse comum.

Consoante a esta compreensão, Jorge Duarte (2009) destaca que, independente da definição de comunicação pública adotada, a defesa do interesse público é seu foco. Para o autor, a centralidade do processo comunicacional é o cidadão, e a mensagem deve ser compreensível a todos. Diferentes fatores incidem para que a informação a ser comunicada seja considerada apropriada, como o acesso, a linguagem adequada, o local em que é disponibilizado, o ambiente de interação, o conhecimento de sua existência, e diversas outras razões (DUARTE, 2009).

No âmbito das instituições públicas, cada *nó* da rede comunicacional, como os campos educacional, político, cultural, entre outros, possui responsabilidade perante os públicos que atende. Como destaca Kunsch (2012), a comunicação institucional se relaciona diretamente com a imagem e identidade da organização. No caso do Poder Legislativo, isso envolve ações que permitem à população compreender o papel e o funcionamento dessa instância. Kegler (2008) ressalta que, mais do que divulgar ações, o Legislativo deve investir em iniciativas que promovam o diálogo e a legitimação institucional junto aos cidadãos.

Considerando a complexidade do conteúdo político-institucional e a diversidade dos públicos com os quais o Legislativo se comunica, a escolha de estratégias adequadas é fundamental. Quando o público de interesse são crianças, cidadãos em formação, a comunicação deve considerar aspectos como linguagem simplificada e ludicidade na apresentação das informações. Um dos instrumentos utilizados pela comunicação para promover a interação com o público infantil são as histórias em

quadrinho, que além de serem abordadas pelo potencial didático-pedagógico, devido a sua linguagem simples e narrativa visual, se relacionam a pressupostos de que existe uma associação entre os quadrinhos institucionais e agregação de valor à imagem das organizações, como apontam Scholtz e Monteiro (2017), sendo uma alternativa estratégica quando vinculadas à educação para a cidadania desde os primeiros anos escolares.

RESULTADOS

A fim de compreender o cenário comunicacional em questão, antes da análise centrada nas edições do Gibi do Legislativo de Santa Maria/RS, esta pesquisa explorou outras iniciativas públicas que utilizam histórias em quadrinhos como recurso de comunicação com o público infantil. Entre os materiais identificados, destacam-se a Revistinha do Plenarinho, da Câmara dos Deputados; a Turminha do MPF, do Ministério Público Federal; e a série MPT em Quadrinhos, produzida pelo Ministério Público do Trabalho. Também foram localizados exemplos pontuais em câmaras municipais, como os gibis da Câmara de Vereadores de São Roque/SP e Itajaí/SC.

No caso da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria/RS, o projeto institucional “Gibi do Legislativo” foi desenvolvido em 2007 sob responsabilidade do Setor de Relações Públicas. O material é voltado ao público infantil que visita a Casa Legislativa, e surgiu, segundo o sítio Institucional do parlamento (2016, n.p.), a partir de “manifestações dos alunos e professores com relação à necessidade de materiais bibliográficos e institucionais, que divulgassem a instituição, suas funções e sua estrutura”, ou seja, de uma demanda pública por um material informativo sobre a instituição.

Neste estudo, foram analisadas as quatro edições publicadas até o momento, de 2008, 2009, 2011 e 2013. Desde sua primeira publicação, o material manteve o mesmo padrão narrativo, com poucas atualizações na composição visual e textual, além da ausência de espaços interativos, como atividades e jogos educativos. A análise apontou que, embora os gibis cumpram o propósito de apresentar a estrutura do Legislativo Municipal, no contexto atual, apresentam limitações quanto à linguagem utilizada e à adequação estética ao público infantil. Observa-se ainda que a última edição, de 2013, permanece em distribuição aos visitantes infantis da Câmara, mesmo após um intervalo considerável sem reformulações. Tais aspectos comprometem o engajamento das crianças e afetam o potencial didático do material.

A experiência da Câmara de Santa Maria, apesar de suas limitações, demonstra o potencial das histórias em quadrinhos como instrumentos de comunicação pública, desde que desenvolvidas com planejamento estratégico e conhecimento sobre o público de interesse. Quando o objetivo é comunicar com crianças, uma linguagem visual mais atualizada, personagens com os quais o público possa se identificar e narrativas bem delimitadas tendem a ampliar a eficácia da proposta.

CONCLUSÃO

A análise do Gibi do Legislativo de Santa Maria/RS evidencia o esforço institucional em estabelecer uma comunicação pública voltada ao público infantil, reconhecendo as crianças como cidadãos em formação e como público das ações do Legislativo. No entanto, os resultados indicam a necessidade de revisão do material, considerando os avanços nas práticas de comunicação institucional e as demandas contemporâneas deste público.

Constata-se que as edições analisadas cumprem o propósito de apresentar a estrutura e o funcionamento do Legislativo Municipal. No entanto, diante da lacuna de mais de uma década sem reformulações ou novas edições lançadas, diversos aspectos do material demonstram necessidade de adequação. Nesse sentido, destacam-se a reformulação da linguagem utilizada, a atualização da estrutura estética, e a definição de uma delimitação temática que favoreça a compreensão gradual do conteúdo por parte das crianças.

Este recorte de pesquisa demonstra como a comunicação pública, ancorada em uma abordagem dialógica e estratégica, pode incorporar recursos narrativos e lúdicos, como as histórias em quadrinhos, para dialogar com públicos historicamente menos considerados nos planejamentos institucionais, como o infantil. Para tanto, são essenciais ações embasadas em diagnóstico e planejamento, que considerem não apenas a função informativa, mas também aspectos visuais, lúdicos e o potencial pedagógico do projeto, pois, como ressalta Kunsch (2003, p. 229) "não adianta fazer grandes planos, projetos e programas no papel sem uma aplicação adequada".

REFERÊNCIAS

CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA. **Projetos Institucionais**. Disponível em: <<https://camara-sm.rs.gov.br/institucional/a-camara/projetos-institucionais/4477/gibi-do-legislativo>> Acesso em janeiro de 2023

DUARTE, Jorge (Org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

KEGLER, Jaqueline Q. S. **Comunicação Pública e Complexidade**: uma perspectiva de Relações Públicas como sujeito comunicacional e estratégico no cenário da midiaticização. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação - Programa de Pós-Graduação em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

KUNSCH, Margarida M. K.. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. Summus, 2003.

_____. **Comunicação Pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas**. In: MATOS, Heloiza (org). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012.

LANGARO, Roseane B.. **Comunicação Pública e Estratégias Comunicacionais**: Estudo do Projeto Institucional Visitas Orientadas do Poder Legislativo de Santa Maria-RS. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Curso de Comunicação Social - Relações Públicas) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

MONTEIRO, Graça F.. In: DUARTE, Jorge (Org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

MPT em Quadrinhos. **Sobre nós: O que é a MPT em Quadrinhos?**. Disponível em <<http://mptemquadrinhos.com.br/#sobre>>. Acesso em julho de 2022

Plenarinho. **Nós: O que é o Plenarinho**. Disponível em: <<https://plenarinho.leg.br/index.php/nos/>> Acesso em julho de 2022

SHOLTZ, Alexandre; MONTEIRO, Maria G. M.. **O uso de histórias em quadrinho na comunicação institucional**: estudo de caso do gibi Recrutinha. Revista Negócios em Projeção, v.8, nº1, 2017. 1-12p.

Turminha da MPF. **Quem somos**. Disponível em: <<https://turminha.mpf.mp.br/quem-somos/turminha-do-mpf>> Acesso em julho de 2022

WEBER, Maria H.. **Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade**. In: WEBER, Maria H.; COELHO, Marja P.; LOCATELLI, Carlos. **Comunicação Pública e Política: Pesquisa e Prática**. Florianópolis: Insular, 2017. 23-58p.